

Visão da semana: em compasso de espera

Depois do famoso "pacote", que frustrou parte das expectativas que se tinham estruturado à sua volta, todos esperavam uma série de medidas complementares. O governo abriu o debate sobre a desindexação, devidamente pressionado por vários setores, ficando em segundo plano a questão do expurgo dos índices de preços. Agora, a situação foi invertida: a desindexação, se ocorrer, ocorrerá parcialmente e o expurgo dos índices ganhou a condição de prioridade nas providências que ainda restam a ser tomadas, caso as autoridades realmente pretendam que o pacote não tenha sido em vão.

Repete-se assim, até certo ponto e com as devidas ressalvas, o mesmo clima gerado após a máximas valorização de fevereiro passado. Entre outras coisas, esperava-se que pressionaria os juros para baixo, mas foi somente com o "pacote" que essa possibilidade ganhou mais peso. Na semana passada, algumas instituições financeiras anunciaram uma pequena redução nas suas taxas, mas ainda não se verificou nenhum movimento generalizado nesse sentido.

É claro que o mercado precisa de tempo para se ajustar a medidas importantes como aquelas decretadas no "pacote". Mesmo com a demora do governo em optar pela desindexação ou pelo expurgo dos índices, ou ainda por uma combinação harmoniosa de ambos, não se favoreceu praticamente nenhum progresso rumo a uma estabilização dos problemas atuais.

Este clima de incerteza força as conjecturas o mais variadas possível. Talvez as autoridades tenham de desvincular as correções monetária e cambial em relação à inflação, apesar de terem feito justamente o contrário há pouco tempo, perdendo até certo ponto uma margem de manobra da qual certamente sentem falta neste momento. De qualquer modo, o expurgo a ser adotado deve ser claramente explicado, de preferência englobar todos os índices existentes e ser complementado com providências que bloqueiem imediatamente a especulação, seja ela feita com moedas estrangeiras, ouro ou qualquer outro tipo de ativo que se preste a esse jogo.

O outro assunto de destaque na semana foi a presença da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), ensejando igualmente certas apreensões quanto aos rumos da situação externa do País. O organismo não se mostra disposto, até agora, a aceitar a proposta do presidente do Banco Central, Carlos Lagoni, no sentido de liberar o Brasil das metas trimestrais, passando a prevalecer apenas as anuais. Ademais, a missão do FMI não deixou de provocar especulações a respeito do expurgo dos índices e a influência que eventualmente teria no processo.

No plano interno, não passaram em branco as declarações da Petrobras, segundo as quais os últimos aumentos nos preços dos derivados continuam comportando agradável massa de subsídios. Com todo o alarme feito em torno dessa majoração, supunha-se que a eliminação dos subsídios tivesse sido integral, o que na realidade não aconteceu.

Na área agrícola, o ministro da Agricultura endereçou uma carta aberta aos produtores, onde tentou explicar e justificar as recentes modificações no crédito rural. No entanto, o teor das colocações deixou de abordar aquilo que realmente preocupa o setor, ou seja, a filosofia que as autoridades adotarão para estabelecer os próximos Valores Básicos de Custeio e os preços de garantia. Os cafeicultores procuraram dar grande demonstração de poder de pressão, ao se reunir maciçamente em São Paulo e exigir algumas definições por parte do governo, principalmente quanto ao futuro preço de garantia.